
JONGMAN, Willem. *The Economy and Society of Pompeii*. Amsterdam: Gieben, 1991, 415 p., 21 figuras, 32 fotos.

A publicação desta tese de Doutorado, defendida na Universidade de Leiden, ressalta a importância de uma obra que contou com a leitura crítica de historiadores renomados, como Moses I. Finley (a cuja memória o livro está dedicado), Keith Hopkins, Michael Crawford, Peter Garnsey e H. W. Pleket. A pesquisa, levada a cabo na Holanda, na Itália e no King's College de Cambridge, permitiu ao autor consultar bom número de obras (mais de 450 títulos estão citados na bibliografia) e conhecer pessoalmente a cidade de Pompéia. A publicação, em inglês, demonstra não apenas a preocupação do autor em voltar-se para o público internacional como, na verdade, reflete a própria abordagem do tema e a inserção de Jongman numa vertente especificamente britânica de estudos da economia antiga.

Não se trata, como o título parece indicar, de um estudo eminentemente sobre Pompéia. Não se insere, portanto, na tradição de estudos sobre Pompéia nem o autor se preocupa em estudar, em detalhe, diversos temas usualmente valorizados, como o grande campo das inscrições parietais. Não almeja conhecer exaustivamente a produção acadêmica sobre a economia e sociedade pompeianas; um caso paradigmático refere-se à sua referência a apenas uma obra, a mais popular, de Matteo della Corte (*Case ed abitanti di Pompeii*), não se preocupando em buscar diversos artigos cuja temática dizem respeito, com tratamento em detalhe, de questões tocadas no livro. O autor nem mesmo trata da "tradição pompeianista". Questão de abordagem, portanto, pois seu foco de atenção volta-se para a economia e socie-

dade romanas em geral, sendo Pompéia tomada como um estudo de caso apenas (p. 55-7). Isto não justifica, contudo, o desconhecimento quer de estudos monográficos pertinentes, como a tese de Verena Gassner, *Die Kaufladen in Pompeii* (Viena, V.WGO, 1986), sobre os bares pompeianos, quer de estudos sobre a economia romana escritos por arqueólogos, como as obras de David Peacock e David Williams.

A obra divide-se em três grandes partes: a primeira consiste em uma introdução sobre a economia antiga, intitulada "Questões e Regras" (p. 15-62); a segunda, sobre a economia (p. 63-204), divide-se em introdução ao problema, agricultura, manufatura e epílogo; a terceira, sobre a sociedade (p. 205-330), trata das dimensões da desigualdade social e do poder e suas obrigações. Na introdução está a chave para a interpretação de toda a obra. Ali explicitam-se diversos axiomas que fundam a análise posterior:

1. Os historiadores admiraram-se com o grau de riqueza atingido pelos romanos e não perceberam que não houve desenvolvimento mas aumento absoluto de produção derivado de um empobrecimento de massa (p. 15-28).

2. Ao analisar "Finley, seus críticos e a economia antiga" (p. 28-48), considera que ambos os lados pecam ao considerar que a ciência econômica seja uma ferramenta desapropriada para o estudo da economia antiga (p. 35). Ao contrário, propõe que, através do uso de manuais de economia moderna, alguns citados explicitamente, pode entender-se perfeitamente a economia antiga (p. 42).

3. Considera o método histórico comparativo relevante e equaciona o período pré-industrial europeu (até o século XIX) com a antiguidade clássica (p. 48-55).

O estudo começa com uma análise da procura e oferta na Itália romana "à boa maneira dos manuais econômicos" (p. 57), argumentando que a comida tem papel essencial em ambos e que altos níveis de densidade

populacional exigiam um enorme esforço de produção agrícola. A análise da agricultura pompeiana (p. 97-154) põe em cheque a visão de uma produção para o mercado externo de bens de troca, como azeite e vinho e, portanto, nega que haja traços de *uillae* e propõe a existência de camponeses dependentes concentrados no cultivo de cereais. O estudo da economia urbana (p. 155-86) centra-se na indústria têxtil, caracterizada como produtora para um sofisticado mercado local e não para a exportação, como comumente aceito. No capítulo cinco (p. 187-204), abandona os confins de Pompéia para propor um modelo de relação entre rendimentos e gastos da elite romana a partir da tese da “cidade consumidora”. Conclui o capítulo ressaltando que isto impedia o desenvolvimento da economia.

A sociedade merece os dois capítulos seguintes. As dimensões da desigualdade social são avaliadas através de um estudo dos arquivos de L. Caecilius Iucundus através de uma tentativa de reconstrução de posições de prestígio no interior da sociedade pompeiana. Não poderia surgir uma burguesia pois a “socialização antecipatória” (conceito emprestado a antigo manual de sociedade de R. K. Merton) transformava os novos-ricos em elementos conformistas. O sétimo capítulo trata da vida política, caracterizada pelo clientelismo e não pela oposição de grupos sociais, como em geral admitido. O poder de controle da elite era enorme, a tal ponto que a forte necessidade de enquadramento transformava a mobilidade social numa renovação sem alteração da elite cidadina.

Percebe-se, pelo sumário das idéias desenvolvidas, que o autor questiona e contradiz tanto estudos monográficos sobre Pompéia como sobre a economia e sociedade romanas. Esta ousadia não deixa de ser, por si só, algo louvável na medida em que apenas a crítica às interpretações correntes e a formulação de explicações inovadoras per-

mitem contrastar virtudes e limitações de diferentes pontos de vista. No entanto, uma análise acurada dos argumentos e modelos propostos pelo autor acabam por revelar os mesmos problemas detectados por Jongman na historiografia corrente. A primeira observação que se impõe refere-se ao método de análise proposto: trata-se da utilização de modelos da economia moderna para o mundo antigo. Em primeiro lugar, o autor toma alguns manuais atuais como base para o estudo de oferta e procura, população, relação cidade e campo, desconsiderando que, hoje, há *escolas diversas*, com diferentes visões do que seja a economia contemporânea. Não trata, portanto, de seguir a análise econômica única e verdadeira, tal como proposta por Jongman; caberia, ao contrário, explicar os pressupostos destas teorias, certamente não aceitas por outras escolas de economistas atuais.

Um segundo problema relaciona-se a esta utilização de modelos. O autor utiliza-se, extensamente, da analogia com a Itália pré-industrial chegando a espantar-se com o grau de semelhança entre ambas realidades. Utilizando-se de manuais de J. de Uries sobre a economia européia da Idade Moderna e de estudos de Delille sobre Nápoles (séculos XV-XIX), conclui pela dominância do cultivo de cereais, “tão difícil de provar para a antiguidade” (p. 149), em Pompéia. Não explica as evidências arqueológicas das *uillae*, não parece dar-se conta que a mão-de-obra “feudal” (p.149) citada para a Itália moderna em muito diferia da escravidão antiga. Seu estudo das ânforas (p. 124-128) é paradigmático: reconhece que é um não iniciado (p. 124), desconhece as mais básicas referências às Dressel 2-4 de Pompéia e livra-se da questão transferindo a produção pompeiana de vinho para Surrento. No entanto, esquece-se do essencial: se a economia itálica era essencialmente cerealícola, se não havia exportação de vinho, como Pom-

péia poderia importar vinho (como admite) e Surrento exportar (como propõe)?

Esta aporia essencial reaparece na análise da manufatura têxtil. Diversas críticas à obra clássica de Moeller sobre o assunto são interessantes, em particular, ao clamar por mais precaução nas extrapolações a partir da documentação. Contudo, também Jongman extrapola a partir de um modelo e recria uma manufatura de cunho meramente local que, na verdade, não passa de hipótese mais ou menos verossímil. Hipótese, porque derivada de um modelo de economia fechada, de tipo medieval. Possível, pois a complexidade das manufaturas (p. 185) locais e o nível de comércio atestado na cidade questiona esta interpretação. Este comércio conduz-nos à estrutura social pompeiana. A população pobre e os escravos merecem apenas duas frases (p. 271) do autor, que se concentra na elite. Esta, analisada a partir dos tabletes de Lucundus, abrangeria a elite tradicional e os libertos. Segundo cálculos matemáticos de difícil comprovação ou negação, chega à conclusão que as testemunhas presentes nos tabletes não representam um grupo específico, com em geral se supõe, mas refere-se apenas aos vizinhos de Lucundus. Contudo, segundo suas extrapolações numéricas, 77% dos assinantes são libertos, fato que permanece inexplicado (p. 271).

O capítulo final sobre a vida política começa com uma digressão sobre a política no mundo antigo. Reconhece seu débito para com Finley (p. 279), embora reconheça que este autor não admitiria a existência de “política” durante o período imperial romano: propõe o uso de política como uma “palavra vaga”, “sem definição clara” (p. 279). Considera as eleições pouco mais do que um jogo de cartas marcadas, decidido pelo apoio de poucos (p. 311-29), através da cooptação e manobra do apoio de muitos (p. 289-310). Esta manipulação dar-se-ia pelo controle dos *colegia uici et compiti* e isto explicaria a expressão, corrente nas inscrições parietais pom-

peianas eleitoriais, *uicini*, tão freqüente nos *programmata*. Não há nenhuma evidência, entretanto e como reconhece Jongman (p. 304), que *uicini* fosse utilizado em lugar de *uicani* (p. 304). Ao contrário, a constância de *uicini* (nunca *uicani*) desvia-se da norma das laterações parietais pompeianas que apresentam, em geral, variações do tipo *domina* (CIL IV 1736, 1991, 2634, 4890) e *domna* (CIL IV 1375, 4187) e isto explica-se pelo fato, que no caso de *uicus*, *uicini* — *uicani*, as vogais longas *a* e *i* não apresentam variação seja no latim vulgar seja nas línguas neo-latinas. Isto exigiria o uso local, em Pompéia, de *uicini* com o sentido usualmente associado a *uicani*, ou seja, membro de um *uicus*. Contudo, o uso de *uicinus*, tanto em fontes literárias (cf. Plaut. Merc. 2,4,7; Ulp. Dig. 50, 15,4) como na epigrafia refere-se a “vizinho”, reservando-se *uicinus* para o membro de um *uicus* (cf. T. Liv. 38,30). Argumentar-se *ex silentio* que *uicini* seria o mesmo que *uicani* não parece sustentável.

Segundo Jongman (p. 317), usualmente os vencedores das eleições seriam aqueles aprovados pela *ordo decurionum*, freqüentemente, filhos de decurhões. Quando não o eram, deviam obter o favor da *ordo* e conformar-se a seus valores. Contudo, admite (p. 316) que os candidatos menos comprometidos com a *ordo* chegavam a usar duas vezes mais cartazes eleitorais: para que, se não tinham chance? Para que tantos cartazes, se o povo não votava, mas era simplesmente manipulado pelos *magistri collegiorum*? (p. 308). Por fim, como podemos saber que “usualmente” venciam os candidatos apoiados pela *ordo*? A opinião contrária seria tão válida e igualmente impossível de provar. Para tentar analisar a *ordo* municipal, Jongman utiliza-se dos dados recolhidos por Garnsey sobre o *album* de Canusium. Deixando de lado alguns jogos matemáticos (p. 321-5) que não se preocupam com os dados concretos, pois “se a evidência antiga não concorda com o modelo

de expectativa de vida, nós a ignoramos” (p. 322), percebe-se que a *ordo* de Canusium possuía uma estratificação interna notável. Daí conclui Jongman que havia uma predeterminação dos candidatos às magistraturas, barrando boa parte da mobilidade social ao interior da elite. Contudo, ainda uma vez, estes dados poderiam indicar as divergências e não apenas as convergências (p. 329) entre os membros da elite dirigente. Além disso, a elite não se resumia à *ordo* mas abrangia estratos sociais, como os libertos, cujos interesses se restringiriam, seguindo a teoria do mimetismo com a elite tradicional, àqueles dos decurões.

A fragilidade do livro de Jongman refere-se à sua própria ambição: não se contenta em apresentar modelos interpretativos, inevitavelmente parciais e questionáveis, mas procura transformá-los em fatos novos, verdades a serem contrapostas a tantos erros de tantos estudiosos. Esta abordagem acaba por dificultar a difusão de suas idéias pois ao desconhecer ou negar peremptoriamente as interpretações usuais acaba por ressaltar a parcialidade e mesmo impossibilidade de comprovação de suas reconstruções. Como contribuição à discussão sobre a economia e sociedade antigas a obra merece leitura atenta mas suas pretensões de nova ortodoxia parecem destinadas ao insucesso. De qualquer forma, a discussão de suas idéias, em particular no mundo anglo-saxão, chama a atenção para problemas candentes na interpretação das sociedades clássicas e abre caminho para trabalhos que retomem, de maneira crítica, diversas questões específicas e metodológicas despertadas por seu livro.

PEDRO PAULO ABREU FUNARI

Departamento de História
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Cultura popular na Antiguidade clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

Epistemologicamente, nenhuma ciência se basta. Nenhuma ciência social é satisfatória em sua finalidade, sem o auxílio do saber científico atinente a outra ciência. Um cardiologista, por exemplo, não pode tratar de um cardíaco restringindo-se à metodologia médica, sem associá-la ao estado psicossocial do paciente. Se tivéssemos de classificar o trabalho de Pedro Paulo Funari não teríamos dúvida em colocá-lo no campo da História. Mas ele soube substituir um elementar historicismo pela abordagem interdisciplinar. É esta a tendência da ciência moderna que requer do estudioso uma vasta erudição e capacidade de associação.

História e Arqueologia

A historiografia oficial romana ocupava-se das biografias dos heróis militares, dos césares e de figuras de relevo na vida social. As manifestações e os fatos gerados no âmbito das camadas inferiores da sociedade não se revertiam em objeto da História. Escamoteava ou discriminava a poesia e arte do povo, classificada como vulgar.

No dia 24 de agosto de 79 d.C. o Vesúvio, fenômeno natural, encobriu a cidade de Pompéia, guardando-a intacta por dezessete séculos e meio. Os arqueólogos, a partir de 1748, colheram e recuperaram tudo o que o Vesúvio preservou. Além disso, elaboraram minuciosa classificação de todo o material para facilitar a observação dos cientistas sociais. Notáveis são os grafites catalogados e que revelam registros